

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.547.677 - SP (2019/0213433-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **IVAN FÁBIO DE OLIVEIRA ZURITA**
AGRAVANTE : **BEATRICE BOLLIGER ZURITA**
ADVOGADOS : **GUILHERME TAMBARUSSI BOZZO - SP315720**
: **ANDRÉ LUIS BERGAMASCHI - SP319123**
AGRAVADO : **ABREU SAMPAIO ADVOCACIA**
ADVOGADOS : **FELIPE BRESCIANI DE ABREU SAMPAIO - SP256919**
: **GUSTAVO LOPES FERREIRA - SP391970**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. BENS DO SÓCIO APLICADOS NA ATIVIDADE EMPRESARIAL. MITIGAÇÃO DA SÚMULA 480/STJ. NECESSIDADE DE MELHOR ANÁLISE DA MATÉRIA. AGRAVO PROVIDO PARA DETERMINAR A SUA REAUTUAÇÃO COMO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por Ivan Fábio de Oliveira Zurita e outra contra decisão que, nos autos da execução de título extrajudicial ajuizada por Abreu Sampaio Advocacia, indeferiu o pedido de suspensão da execução em razão do deferimento do processamento da recuperação judicial da sociedade empresária da qual o coexecutado é sócio.

A Trigesima Segunda Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento ao inconformismo, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 95-99):

AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Suspensão da execução em razão do processamento de recuperação judicial de empresa da qual o coexecutado é sócio - Descabimento - Recurso improvido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Os executados interpuseram recurso especial, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, apontando violação aos arts. 6º, 47 e 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005.

Superior Tribunal de Justiça

Sustentaram, em síntese, a inviabilidade de constrição de bem imóvel que, não obstante seja de titularidade do sócio da sociedade recuperanda, é essencial às atividades empresariais e à concretização do plano de recuperação judicial, o que justificaria a mitigação da incidência da Súmula 480/STJ.

Contrarrazões às fls. 164-175 (e-STJ).

O Tribunal de origem negou seguimento ao recurso sob o fundamento de incidir a Súmula 7/STJ.

Irresignados, os recorrentes apresentam agravo refutando o óbice apontado pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 217-225 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Considerando os fundamentos trazidos no recurso e atendidos os pressupostos de admissibilidade, dou provimento ao agravo para determinar, com fulcro no art. 34, XVI, do RISTJ, a sua conversão em recurso especial para melhor análise da matéria, sem prejuízo de um novo exame dos pressupostos recursais.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator